

Resumo de notícias econômicas

25 de junho de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 118

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 25 DE JUNHO DE 2021

Infraestrutura pede R\$ 2,4 bi e cita risco de paralisação das obras

O Globo

O Ministério da Infraestrutura solicitou, em ofício encaminhado à Casa Civil e ao Ministério da Economia, a liberação de R\$ 2,4 bilhões para este ano. Desses recursos, o ministério afirma que precisa "com urgência" de R \$ 1 bilhão no início do segundo semestre, para evitar a interrupção das obras nas estradas.

O ofício é assinado pelo Secretário Executivo de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que informou já ter enviado outras duas solicitações com o mesmo conteúdo, nos dias 18 e 31 de maio. Sampaio diz que o orçamento de 2021 destinado à pasta "é muito inferior à série histórica de execução e planejamento de despesas desenhada para o ano de 2021".

Procurado, o Ministério da Economia respondeu que "os pedidos estão em apreciação e serão encaminhados para a JEO (Junta de Execução Orçamentaria)". A Casa Civil informou que "o assunto está em análise nas áreas técnicas do governo federal" "

Dos R\$ 1 bilhão que considera prioritários, o secretário-executivo diz que R\$ 430 milhões seriam para "evitar a interrupção dos serviços em diversas obras viárias" que estão sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) . Ele cita como exemplos trabalhos na BR-319 / AM, BR-080 / GO, BR-419 / MS, BR-163 / PA e BR-470 / SC. "Quando concluídos, esses investimentos vão aumentar os níveis de segurança e tráfego rodoviário, fato que justifica os esforços para preservá-los das paradas, principalmente porque as atuais condições climáticas, período de seca, devem ser aproveitadas para intensificar o ritmo de execução dessas obras," escreve Sampaio. Os outros quase R 6,6 bilhões seriam para a Conservação e recuperação de ativos do Dnit.

Meta de inflação de 2024 será de 3%, define Conselho Monetário

Folha de São Paulo

O CMN definiu em 3% a meta de inflação para 2024, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. As metas para 2022 e 2023 seguem em 3,50% e 3,25%, respectivamente, com a mesma margem. Para este ano, o objetivo a ser perseguido para a inflação é de 3,75%. A meta serve como uma âncora para as expectativas dos agentes de mercado. O BC guia sua atuação e maneja a taxa Selic com o objetivo de alcançar o centro da meta. Caso não atinja esse objetivo e a inflação encerre o ano acima do limite máximo da margem tolerância, o presidente do BC fica obrigado a apresentar uma carta aberta ao ministro da Economia para explicar as razões do descumprimento e as providências que deverão ser tomadas para o retorno da inflação aos limites estabelecidos.

Desde 2019 a meta, medida pelo IPCA (índice de preços ao consumidor do IBGE), vem sendo reduzida em 0,25 ponto percentual ao ano. A partir do segundo semestre do ano passado, o IPCA teve alta expressiva, impulsionado, entre outros fatores, pelo aumento dos alimentos. O movimento se estendeu para este ano, com alta de preços de combustíveis e da energia elétrica.

O BC prevê que a inflação alcance 8,5% no acumulado de 12 meses até agosto, segundo relatório divulgado nesta quinta-feira. Para a autoridade monetária, depois disso, o indicador cairia progressivamente até chegar em 5,8% no fim de 2021, 0,55 ponto percentual acima do teto da meta para o ano. A estimativa do BC é de alta mensal de 0,62% em junho, de 0,39% em julho e de 0,26% em agosto, acúmulo de 1,28% no trimestre. Em maio, o IPCA acumulou alta de 8,06%, com aceleração de 0,83% no mês, a maior para o período desde 1996. De acordo com o documento, o risco de o indicador romper o teto subiu para 74%. Em março a probabilidade era de 41%. A chance de ficar abaixo do piso da meta é zero, segundo o BC.

"O CMN avalia que a fixação da meta de inflação em 2024 em 3,00% reduz incertezas e aumenta a capacidade de planejamento das famílias, das empresas e do governo. A redução em 0,25 ponto percentual na comparação com a meta de 2023 é coerente com a elevada credibilidade da política monetária", disse o Ministério da Economia em nota.

"A expectativa de inflação futura, projetada no Boletim Focus, mostrou-se ancorada à trajetória de reduções da meta anteriores, e a variância das expectativas de inflação tem caído substancialmente com as reduções da meta. Tais evidências revelam que a política monetária e as metas são críveis, o que elimina os possíveis custos de redução de seus percentuais", justificou a pasta. O ministério afirmou que o processo de consolidação fiscal da economia cria um ambiente favorável para redução estrutural da inflação e dos juros. "Medidas como o teto de gastos e a reforma da Previdência produziram expectativas de uma redução na trajetória de gastos, enquanto a Emenda Constitucional 109/21 [PEC Emergencial] estabeleceu gatilhos para ajuste de gastos da União, Estados e municípios e se somou à aprovação de outras leis complementares que reforçam o equilíbrio fiscal dos entes federativos", ressaltou a nota.

Na pandemia, índice da baixa renda chega a 8,57%

Broadcast

Estigma ainda recente da economia nacional, a inflação voltou a pressionar o orçamento das famílias no Brasil, em especial as de menor poder aquisitivo. Dados do IBGE mostram que a alta de preços atinge de maneira diferente ricos e pobres.

Desde que a pandemia do novo coronavírus começou, em março do ano passado, a inflação oficial acumulada medida pelo IPCA foi de 7,39%. Para as famílias com renda de até cinco salários mínimos, porém, o índice medido pelo INPC foi maior, de 8,57%.

No início da pandemia, os índices chegaram a registrar deflação nos meses de abril e maio de 2020, em meio à retração da atividade econômica e à onda de bloqueios em todo o País. Mas, nos meses seguintes, os indicadores voltaram a subir, puxados por questões específicas. O primeiro grande choque foi a alta do preço dos alimentos. Base da alimentação do brasileiro, o arroz disparou 76% no ano passado, e o feijão preto subiu 45%. A alimentação em domicílio ficou 18% mais cara.

O que os economistas veem nos números, a população em geral sente no bolso. Morador do Distrito Federal, o pintor Valdo Rocha, de 47 anos, diz que deixou de comprar carne no último ano por causa do preço do produto. Rocha, que tem renda mensal de cerca de R\$ 2 mil, reclama também do preço do gás de cozinha e diz que vem

deixando de comprar outros itens por conta da alta de preços. “Hoje em dia está tudo um absurdo.”

Embora a inflação atinja todas as famílias, o impacto maior recai sobre as famílias de baixa renda. Isso ocorre justamente porque produtos básicos – como alimentos, gás e serviços de energia elétrica – têm um peso maior na cesta de consumo dessas famílias. Os pobres gastam uma parcela maior da renda com comida, na comparação com os mais ricos. “A inflação incide mais sobre os mais pobres. As classes com menor poder aquisitivo estão tendo uma queda real no consumo enquanto as classes mais altas, que acumularam poupança durante a pandemia, se preparam para um aumento no consumo de serviços, que têm demanda represada”, explica o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto. É por esse motivo que, no Brasil, economistas costumam repetir que a inflação é o principal encargo sobre a população mais pobre. Era assim no período de hiperinflação, entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990, e continua sendo assim agora.

“É um ‘imposto inflacionário’”, resume o economista Fernando Ribeiro Leite Neto, professor do Insper em São Paulo. “Com o mercado de trabalho fragilizado, o espaço para recomposição salarial é reduzido. Boa parcela da população está tendo perda de renda real.”

O dinamismo no comércio de serviços

Broadcast

Além de vir assegurando uma situação confortável para as contas externas do País, a balança comercial vem passando por um processo de modernização não facilmente perceptível nas estatísticas agregadas. Há uma firme sofisticação da pauta brasileira de comércio exterior, tanto do lado das exportações como das importações. Trata-se do aumento paulatino dos serviços no total comercializado.

E aumenta mais rapidamente a fatia dos serviços considerados modernos do que a dos serviços tradicionais, como mostra o relatório Comércio Exterior Brasileiro de Serviços lançado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia e que será publicado anualmente. É um dado duplamente positivo. O comércio exterior de serviços estimula a geração de renda e a evolução dos métodos

produtivos e de gerenciamento da produção. No caso brasileiro, há maior dinamismo no comércio de serviços do que de bens; e, entre os serviços, os modernos superam os tradicionais, indicando inserção mais intensa do País no mercado mundial mais dinâmico e promissor.

Os serviços modernos incluem seguros; serviços financeiros; telecomunicação, computação e informações; serviços de propriedade intelectual; e outros serviços de negócios. Os tradicionais são transporte, viagens, construção e serviços culturais, pessoais e recreativos.

O relatório da Secex, baseado em registros do Banco Central, mostra que as exportações de serviços modernos passaram a ter maior dinamismo do que as dos tradicionais em 2006. Desde então, a fatia dos modernos na pauta de exportações tem ficado cada vez maior do que a dos tradicionais. Na pandemia, a tendência se manteve, com aceleração da expansão da fatia dos modernos e queda mais acentuada da dos tradicionais.

Do lado das importações, esse comportamento (crescimento da fatia dos produtos modernos importados e redução da parcela dos tradicionais) passou a ser observado em 2014. A pandemia acentuou fortemente a tendência. “A crescente participação de serviços modernos ocorre em todo o comércio mundial em países de diferentes níveis de renda”, observa o relatório da Secex. Os serviços respondem por cerca de metade dos empregos no mundo. E uma fatia cada vez maior de novos empregos surge nesse setor.

Concluída conversão de lojas Makro em Atacadão

Broadcast

O Atacadão concluiu, no início de junho, a conversão de 29 lojas compradas do Makro em 2020. Previsto para levar de 12 a 15 meses, o processo levou seis. Para o fechamento da operação, o Grupo Carrefour Brasil desembolsou R\$ 1,9 bilhão. Na conclusão do negócio, em fevereiro do ano passado, a companhia já começou um processo interno de transformação. Quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a transação, já estava tudo adiantado. “Isso vai ter o efeito

de termos, já no fim de 2021, os resultados que teríamos daqui quatro anos. Significa dizer que, em quatro anos, teríamos uma venda de, aproximadamente, R\$ 5,5 bilhões, nas 29 lojas. Mas, com as vendas de 2021, já chegaremos nesse valor”, afirmou Marco Oliveira, diretor de Operações do Atacadão. “Fechamos 2020 com 206 lojas e vamos fechar 2021 com cerca de 250”, diz Oliveira.

Em 2021, foram inauguradas 28 novas lojas e 1 atacado de entrega, incluindo a expansão orgânica e o relançamento das lojas adquiridas (seis convertidas ainda em 2020). Essa expansão teve um custo para a companhia. A margem Ebitda (antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) do Carrefour Brasil caiu de 7,7% para 6,7% no primeiro trimestre, ante o mesmo período de 2020. No Atacadão, recuou de 7,1% para 6,6%.

A estimativa é que, em quatro anos, as 28 lojas novas lojas do Atacadão somem R\$ 350 milhões ao ano ao Ebitda do Grupo Carrefour. O Atacadão opera 233 lojas e 30 atacados de entrega, totalizando 263 ativos. A expectativa é de chegar a 249 lojas e 33 atacados em dezembro.

Highline e provedores avaliam consórcio para 5G

Broadcast

A Highline do Brasil – empresa da norte-americana Digital Colony que investe em redes e torres de telecomunicações – abriu diálogo com um grupo de provedores regionais de internet para formar um consórcio e disputar o leilão de 5G. O País tem milhares de provedores pequenos, sem recursos para o pagamento das outorgas e investimentos inerentes ao leilão. A tentativa de articulação tem nome: Iniciativa 5G Brasil. Formado há dois meses, o grupo reúne cerca de 250 provedores. Cada um entrou com R\$ 10 mil. A vaquinha de R\$ 2,5 milhões servirá para financiar estudos jurídicos, técnicos e de modelagem do consórcio. O grupo prevê chegar a 300 participantes, mas o dinheiro não dá nem para o cheiro do leilão, que movimentará bilhões. Daí a necessidade de parceiros. Outros fundos e gestores de private equity também têm sido procurados. No caso da Highline, o interesse estaria em assumir a construção da redes neutras de fibra ótica (algo que demanda caminhões de dinheiro) e, mais tarde, “alugar”

essa infraestrutura. Por sua vez, caberia aos provedores locais explorar serviços de banda larga fixa de ultravelocidade e internet móvel 5G.

A Highline arrematou as torres da Oi em leilão, por R\$ 1 bilhão, e disputou com o BTG a entrada na Infrac, a empresa de fibra ótica da Oi. A tele deu preferência ao lance de R\$ 12,9 bilhões do BTG.

Curso de Conselheira para Anita

Broadcast

Membros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) devem levar ao Nubank a oferta de um curso intensivo de formação de conselheiros à cantora Anitta. Na segunda-feira, foi anunciado que ela passou a fazer parte do conselho de administração do banco, que quer usar a experiência em comunicação, o engajamento nas redes sociais e a imagem internacional da cantora em seu processo de expansão no exterior. Apesar de Anitta ter uma fortuna estimada pela Forbes em US\$ 100 milhões e administrar suas iniciativas empresariais, a atividade de conselheira exige conhecimentos específicos. Das responsabilidades legais aos riscos e compliance, é um trabalho que demanda aprendizado, além da sensibilidade para os negócios. O colegiado é responsável pelo direcionamento das companhias e, em casos extremos, o conselheiro pode até responder com seu patrimônio pessoal. Como ela deixou há tempos o subúrbio carioca, onde cresceu, rumo à vida de milionária, nada de bolsa de estudos. Se aceitar fazer o curso, Anitta terá de abrir a carteira. Há cursos online a partir de R\$ 21,8 mil no site da entidade, que incentiva boas práticas de governança, agenda de diversidade e transparência nas empresas.

Parceria com IFC

Broadcast

A gestora americana Cerberus está captando recursos para um fundo que pode chegar a US\$ 500 milhões. A carteira é voltada a mercados emergentes, mas terá prioridade na América Latina. A gestora negocia com o braço financeiro do Banco

Mundial, a International Finance Corporation (IFC), aporte de até US\$ 100 milhões nessa carteira.

A Cerberus tem US\$ 55 bilhões em ativos sob gestão. Fez aportes no setor imobiliário brasileiro, com participação na Brasil Brokers e ativos da BR Properties. Atua em private equity, crédito corporativo, títulos hipotecários e compra de títulos de empresas em dificuldade.

Tarifa de Energia

Broadcast

Cálculos feitos pela empresa especializada em tarifas de energia TR Soluções apontam que o reajuste tarifário da Enel Distribuição São Paulo, que passará a vigorar a partir de julho, deve ficar próximo a 9,7%. O percentual considera as medidas extraordinárias que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem adotado para amortecer a alta nas contas de luz. Os cálculos fazem parte do Click Tarifário. Sem a ação do órgão regulador, a tarifa poderia aumentar em cerca de 23,4%, estima.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Quantidade	39	13	19	2
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP